



Preparar o próximo ano lectivo: tarefa possível, impossível ou indeterminada?

Com o final dum ano lectivo aproxima-se a preparação do seguinte. Nas escolas começa-se a organizar o trabalho: escolha dos manuais escolares, decisões relativamente aos projectos a iniciar/continuar e ao modo de funcionamento, planificação do trabalho lectivo, ... É esta a vida das escolas e, embora havendo muitas coisas para fazer relativamente ao ano escolar que acaba—reuniões de trabalho, avaliações, exames—um novo ano traz sempre com ele a necessidade de pensar em *n* aspectos diferentes e de decidir sobre modos de os organizar, mesmo quando não se vive, como desde há uns tempos um período de alterações sucessivas. Os professores sabem-no bem.

Todos nós, sobretudo se já andamos cá há vários anos, vivemos períodos de mudança em que tivemos que enfrentar novas orientações curriculares, novas áreas curriculares, novas regras, novas formas de organização. Felizmente, nalguns casos, estes desafios foram agarrados com entusiasmo porque sentíamos pertinentes e coerentes algumas das novas propostas, e então preparar o novo ano lectivo tornava-se uma tarefa porventura mais difícil ... mas, sobretudo, mais desafiadora!

Como está a ser a preparação do próximo ano lectivo?

No ensino secundário graça a confusão: embora a revisão curricular só entre em vigor em 2004/2005 o 10º ano vai ter novos programas já no próximo ano lectivo ... só que concebidos para uma carga horária diferente e para disciplinas com nomes diferentes. À partida, compromete-se a coerência mínima que se deve exigir de um novo programa, isto é, que ele seja adequado à carga e distribuição horária semanal.

No ensino superior a confusão não é menor: as regras para propor o número de vagas dos diferentes cursos chegaram às instituições depois de 20 de Maio, numa altura em que vários aspectos relativos à preparação do novo ano lectivo—distribuição de serviço, requisições de professores, contratos de professores—já estavam definidos.

Tudo isto tem consequências desastrosas e o que é ainda mais lamentável é que, pelo modo como as coisas são feitas, ficamos com a ideia de que todos estes imprevistos de última hora estavam previstos há muito tempo. A opção de anunciar medidas em prol da melhoria e da qualidade do ensino—sejam elas uma nova revisão curricular ou novas perspectivas para o ensino superior oficial assentes na recusa e crítica das anteriores—colhe dividendos políticos imediatos. Infelizmente, todos já sabemos que quando

Novos programas do 10º ano não cabem nas disciplinas antigas

Enquanto a revisão do secundário não entrar em vigor, os professores vão ter de cortar na matéria

ISABEL LEIRIA

Apesar da revisão aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e que entrará em vigor em 2004/2005, os professores vão já preparar os novos programas para o próximo ano lectivo. O problema é que os novos programas não foram pensados para a carga horária actual das disciplinas. Para que possam entrar em vigor, os professores vão ter de cortar na matéria.

Para que possam entrar em vigor, os professores vão ter de cortar na matéria, designadamente na primeira parte, que devia ser dedicada à actualização dos conceitos essenciais de cada disciplina. Isto, porque os novos programas, quer da componente de formação geral (Português B, Língua Estrangeira e Introdução à Filosofia), quer da específica, exigem uma carga horária superior em relação aos actuais tempos lectivos. A informação consta de um

ANTÓNIO PEDRO VALENTE/ARQUIVO



Viu ser preciso fazer adaptações — o ministério chama-lhes "medidas de operacionalização"

—, estes programas também não se adequam nem aos nomes das disciplinas, nem às cargas horárias estabelecidas para cada cadeira, que vão continuar a vigorar durante o próximo ano.

ofício do Departamento do Ensino Secundário enviado às escolas e motivou o alerta do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL). Ainda para compensar a diferença de tempo de aprendizagem prevista na actual estrutura curricular, o ME diz que, em relação a algumas disciplinas da componente específica (como Geografia, História ou Matemática, por exemplo), é também necessário que as escolas consagrem mais "unidades lectivas para apoiar a aplicação dos novos programas". O SPGL alega que esta solução vai traduzir-se "num aumento substancial da carga horária semanal dos alunos, já agora bastante sobrecarregada".

Finalmente, o ofício da tutela recomenda que as escolas pensem já a adoptar as chamadas "aulas de 90 minutos". Atinal, foi a partir desse modelo que se começaram a elaborar os novos programas — e não pararam e não pararam e não pararam actuais tempos lectivos de 45 minutos. Consequência deste desajustamento entre a entrada em vigor das novas matérias e a própria revisão curricular também o facto de os alunos

Os professores vão ter de cortar na matéria, designadamente na primeira parte, que devia ser dedicada à actualização dos conceitos essenciais de cada disciplina

O ministro David Justino justificou na altura que os compromissos assumidos com as editoras de manuais escolares obrigaram a que não se mexesse nos conteúdos e entrada em vigor dos programas. Caso contrário, o Estado arriscava-se a pagar uma avultada indemnização. ■

Os compromissos assumidos com as editoras de manuais escolares obrigaram a que não se mexesse nos conteúdos e entrada em vigor dos programas. Caso contrário, o Estado arriscava-se a pagar uma avultada indemnização. ■

as novas propostas não se consubstanciam numa previsão sustentada, articulada e rigorosa das mudanças, não há, efectivamente, qualquer investimento na melhoria do ensino.

Então, como sentimos que está a ser a tarefa de preparar o próximo ano lectivo?

Organizar um programa que é novo para uma carga horária que não lhe corresponde, não é fácil. Organizar um ano lectivo sem saber quais os cursos que vão funcionar, também não. Nós, os professores, lá iremos pensando nestas e noutras tarefas que têm contornos quase *impossíveis*.

É difícil não pensar que estamos num contexto *indeterminado* e que só lá mais para o Verão se definirão mais aspectos que terão implicações para o próximo ano lectivo. Mas lá conseguiremos, como tantas vezes, descobrir possibilidades de definição e encontrar opções em que continuamos a investir. Mas, pela parte que nos cabe, sentimos que só depois das férias é que teremos forças para tal. É que, para já, preparar o próximo ano lectivo nos parece mesmo uma tarefa demasiado árdua e complexa para nos poder parecer *possível*!

Fátima Guimarães
Joana Brocardo

In Público 5 de Junho de 2003.